

Finanças | Reunião do FMI/Banco Mundial

A311818

Pobres

Proteção social FMI e Bird querem diminuir impacto negativo de programas de ajuste sobre os mais pobres

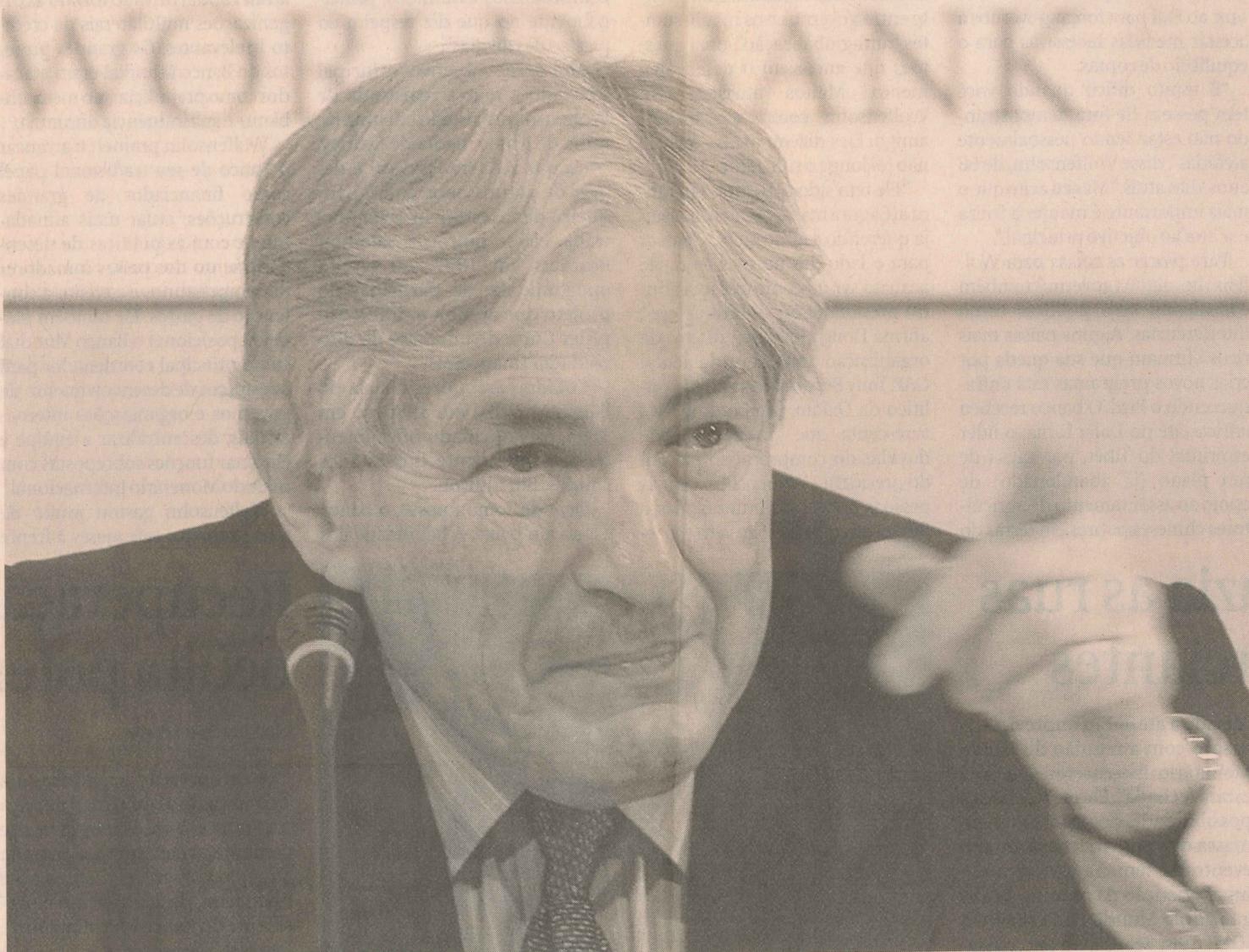
Redução da pobreza domina discursos

AP PHOTO/JOCKEL FINCK

Maria Luiza Abbott
De Praga

O tema da redução da pobreza predominou nos discursos de representantes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional nos primeiros dias da reunião anual. Ontem, o presidente do Bird, James Wolfensohn, afirmou que a diferença entre pobres e ricos na América Latina é muito sério e grande demais para que haja estabilidade social. Sobre o papel do Bird para diminuir essas diferenças, ele disse que "não há experiência de o Banco forçar governos a fazerem o que não querem. Penso que são as pessoas dentro do país que podem fazer isso, se criarem um ambiente de pressão interna". Já no FMI, medidas de proteção social começarão a ser incluídas nos programas de ajuste e o Fundo tentará evitar os impactos negativos sobre os pobres, segundo Masood Ahmed, vice diretor do Departamento de Política de Desenvolvimento do Fundo.

Segundo Wolfensohn, há muitos exemplos na América Latina de que a reação popular é o que provoca as mudanças. "Acredito que isso vale para o Brasil e outros lugares. Penso, por isso, que o que podemos fazer é ajudar grupos a se expressarem, dentro do contexto do que é permitido pelas leis locais", acrescentou. Para o Banco Mundial, o crescimento econômico é fundamental para a redução da pobreza, mas, no caso dos países de renda média da região está mais relacionada com distribuição de renda, de acordo com Wolfensohn. "O que se está vendo em muitos países da América Latina é que, embora haja crescimento, a distribuição entre ricos e pobres está indo na



James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial: "A diferença entre ricos e pobres é grande demais para que haja estabilidade social"

direção errada", afirmou.

O problema da pobreza nos países em desenvolvimento, alertou o presidente do Bird, pode afetar os países ricos. "Uma das coisas que podem desestabilizar os países desenvolvidos é a intranquilidade social no mundo e os

números são tão eloquentes que isso é um risco real", afirmou. Para justificar sua afirmação, Wolfensohn lembrou que 20% do mundo controla 80% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Desde o ano passado, os financiamentos do Fundo para os paí-

ses de renda per capita de até US\$ 850 por ano, incluem medidas de proteção dos pobres, com ajustes que evitem cortes de gastos sociais dentro dos orçamentos dos países. "É uma questão de ter certeza de que aumento de despesas ou cortes no orçamento, porque

é preciso se ajustar, sejam enfocados no seu impacto sobre os pobres e no apoio à redução da pobreza", informou o vice-diretor do Departamento de Desenvolvimento do Fundo.

Segundo ele, parte dessas medidas deverão ser estendidas para

programas com países de renda mais alta. "Alguns desses elementos, sem dúvida, passarão para o trabalho que fazemos com outros países, embora isso esteja em estágio mais avançado nesse momento para os de renda mais baixa", disse Ahmed. Ao dar exemplos do que o FMI passará a fazer, o vice-diretor citou o caso hipotético da privatização de uma indústria de açúcar, que está dando prejuízos ao governo. A privatização continuará sendo essencial para os programas de ajuste, mas a diferença é que serão avaliados o impacto sobre o desemprego e que medidas podem ser adotadas para ajudar as pessoas que perderão seus empregos durante o processo de transição, de acordo com Ahmed.

Já o economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, lembrou que os programas de ajuste e seus efeitos negativos são parte do processo necessário para evitar que a pobreza aumente ainda mais. Ele reconheceu os efeitos negativos de um aperto fiscal sobre os pobres, mas citou o caso da Rússia em que houve um crescimento dramático da pobreza por falta de estabilidade macroeconômica. "É preciso comparar os problemas enfrentados nos programas de ajuste com o que teria acontecido se os ajustes não tivessem sido feitos", enfatizou.

Stern disse que o Brasil está começando a viver um período de crescimento que deve se sustentar, justamente pelo fato de os ajustes terem sido feitos. "Mas, na verdade, o crescimento será sustentado se o país continuar a trabalhar na qualidade do governo e das instituições, com envolvimento dos pobres e prosseguimento de políticas voltadas para saúde, educação, reforma agrária, microcrédito e outros", acrescentou.